

Encargos financeiros chegarão a Cr\$ 243 trilhões

por Márcio Chaer
de Brasília

O presidente José Sarney encaminhou ontem ao Congresso Nacional a proposta orçamentária (monetária e fiscal) para o ano que vem. Pelas estimativas da Secretaria do Planejamento (Sepplan), o governo arrecadará Cr\$ 305,1 trilhões em receitas correntes (tributária, contribuições, serviços e outras) e Cr\$ 210,9 trilhões em receitas de capital (operações de crédito), sendo Cr\$ 195 trilhões obtidos pela colocação de títulos federais, que passa a ser votada pela primeira vez pelo Parlamento.

Pelo projeto de lei, que terá prazo até 5 de novembro para ser apreciado pelo Congresso, as colunas de receita e despesa se igualam em Cr\$ 656,1 trilhões. O maior encargo previsto é o financeiro da União. Para esta rubrica reservam-se nada menos que Cr\$ 243 trilhões. Para os vinte ministérios, os sete tribunais de Justiça, o Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União, a Presidência da República e o Congresso estão previstos cerca de Cr\$ 230 trilhões. Entre estas unidades orçamentárias, desponta na frente o Ministério dos Transportes, aquinhoado com Cr\$ 67,4 trilhões, seguido dos ministérios da Educação, com Cr\$ 38,7 trilhões, e da Aeronáutica, com Cr\$ 20,7 trilhões.

"Não chegaremos a ver nem a metade desse dinheiro", apressou-se a explicar a este jornal o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima.

"Como consequência da unificação ora proposta", explica a mensagem presidencial, "evidencia-se antecipadamente a existência de um déficit a ser financiado, o qual, na sistemática anterior, só seria revelado na fase da execução orçamentária." Esse déficit, revelou o ministro João Sayad, é de Cr\$ 235 trilhões.

"Mas esse déficit sempre existiu", esclareceu Sayad,

"o que nós estamos fazendo agora é dar transparência à dívida mobiliária, para o que não há solução imediata." Dos Cr\$ 656 trilhões orçados, disse Sayad, Cr\$ 340 trilhões se devem ao orçamento fiscal.

O ministro do Planejamento se disse receptivo às sugestões de parlamentares. A mensagem presidencial afirma que, "nesta oportunidade, devolve-se ao Parlamento essa prerrogativa constitucional (decidir quanto, quando e em que gastar)", em busca de tornar transparentes os gastos do governo federal, dar uma visão dos gastos públicos, mais próxima da realidade, explicitar a dimensão do déficit e a forma de financiá-lo e estabelecer limites orçamentários para as despesas do governo.

Entretanto, a Constituição e o regimento comum do Congresso Nacional são claros: "É vedada: a) a transposição, sem prévia autorização legal, de recursos de uma dotação orçamentária para outra; b) concessão de créditos ilimitados; d) a realização, por qualquer dos poderes, de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais..."

Em suma, nos treze artigos em que a Constituição trata da elaboração, apreciação e fiscalização da lei orçamentária, o Congresso é impedido de promover qualquer alteração significativa na proposta elaborada pelo governo. No entanto, é formada uma comissão mista integrada por 45 deputados e 15 senadores que, durante os vinte dias que se seguirem à distribuição da mensagem no Congresso, receberá sugestões de emendas. Uma vez aprovada a proposta orçamentária da comissão, correrão dez dias de prazo para a produção do texto que seguirá a plenário. Se até 5 de novembro (trinta dias antes do início do recesso) a matéria não for votada em plenário, a proposição do Executivo se considerará aprovada.

DESPEAS	
	Cr\$ 1.000
	RECURSOS
	DO TESOURO
DISTRIBUIÇÃO POR SUBANEXOS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	1.726.908.000
SENADO FEDERAL	1.918.911.000
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	318.080.000
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	108.037.000
TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	352.018.000
JUSTIÇA MILITAR	130.561.000
JUSTIÇA ELEITORAL	595.783.000
JUSTIÇA DO TRABALHO	1.917.174.000
JUSTIÇA FEDERAL DE 1ª INSTÂNCIA	349.560.000
JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	325.986.000
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	5.348.031.000
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	20.767.786.000
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	9.611.916.500
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	1.742.975.900
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	38.772.536.700
MINISTÉRIO DO EXÉRCITO	11.833.425.730
MINISTÉRIO DA FAZENDA	5.920.639.056
MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO	3.520.968.100
MINISTÉRIO DO INTERIOR	4.195.382.700
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	1.969.690.000
MINISTÉRIO DA MARINHA	13.086.029.867
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	2.237.618.200
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA	10.926.506.030
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	3.656.091.000
MINISTÉRIO DA SAÚDE	12.343.752.239
MINISTÉRIO DO TRABALHO	1.580.664.500
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	67.486.726.400
MINISTÉRIO DA CULTURA	1.136.820.800
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO URBANO	1.679.813.300
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	4.218.671.750
MINISTÉRIO DA REFORMA AGRÁRIA	2.180.344.000
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	
— Sob Supervisão Central	12.499.756.000
— Programas Especiais	14.652.222.228
— Programa de Mobilização Energética	1.604.400.000
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	99.323.100.000
ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO	243.012.300.000
ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS DA UNIÃO	25.754.244.000
SUBTOTAL	624.805.430.000
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	27.320.670.000
TOTAL	656.126.100.000

Para modificar o texto constitucional, o principal líder oposicionista da Câmara, o deputado Paulo Maluf (PDS-SP), apresentou ontem proposta de uma nova redação para o artigo 62. Pela sugestão de Maluf, além do orçamento monetário, o orçamento anual passa a embutir também o orçamento "das entidades autárquicas ou paraestatais".

O ministro João Sayad, entretanto, que deve dar amplos esclarecimentos sobre o primeiro orçamento produzido pela Nova República, respondeu ontem que é inviável incluir-se no orçamento da União também o orçamento das estatais "por obstáculos técnicos, contábeis e jurídicos".